

# VOTE EM QUEM MERECE O SEU VOTO!

## Proposições da Diretoria Colegiada do Sintufes para as Eleições de 2022!

### Reivindicações Gerais

1. Revogar todas as reformas aprovadas a partir do impeachment de 2016 que retiraram direitos da classe trabalhadora;
2. Atuar pelo fim das opressões estruturais dirigidas a pessoas com deficiência, pobres, negros, mulheres, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBTQIA+ e membros das demais minorias sociais;
3. Combater a violência doméstica;
4. Defender as áreas pertencentes aos povos originários e quilombolas em todo o país, no estado do Espírito Santo, sobretudo nas regiões de conflito com a Aracruz Celulose.
5. Promover a reforma agrária popular que garanta a posse coletiva das terras improdutivas;
6. Defender o protagonismo da classe trabalhadora do campo e da cidade na destinação do orçamento público e na elaboração de leis e políticas públicas;
7. Combater a privatização da Petrobras e demais estatais da União;
8. Reestatizar a Eletrobras e todas as empresas privatizadas a partir de 2016;
9. Combater a privatização da ES Gás, da Cesan, do Banestes e demais estatais do estado do Espírito Santo;

### Reivindicações Quanto à Educação Pública

10. Defender a educação pública, gratuita, presencial, laica e socialmente referenciada;
11. Atuar para que sejam cumpridas todas as metas do Plano Nacional de Educação;
12. Universalizar a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio;
13. Garantir o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população com deficiência na rede regular de ensino, com um sistema educacional inclusivo;
14. Igualar a escolaridade média entre negros e não negros.
15. Erradicar o analfabetismo;
16. Elevar a taxa de matrícula na educação superior para 50% da população com no mínimo 40% das novas matrículas nos programas

presenciais das universidades públicas;

17. Elevar o piso salarial e/ou o piso da carreira dos professores das redes públicas de educação básica;
18. Criar planos de carreira para os professores de todos os sistemas de ensino;
19. Ampliar o investimento público com a educação pública para 10% (dez por cento) do PIB;
20. Defender a oferta de educação sexual científica e laica com objetivo de explicar sobre privacidade, autoproteção, sentimentos e consentimento.

### Reivindicações para a Saúde Pública

21. Reforçar a luta antimanicomial em todo o território nacional;
22. Abolir o modelo de Organizações Sociais na saúde;
23. Ampliar e fortalecer a regionalização da rede hospitalar e as especialidades médicas;
24. Revogar os contratos dos hospitais universitários com a Ebserh e absorver os trabalhadores nos quadros da universidade;
25. Defender o SUS universal e 100% gratuito;
26. Garantir o acesso à interrupção da gravidez nos centros médicos, de forma legal, segura e gratuita para todas as mulheres conforme legislação;
27. Garantir a oferta de métodos contraceptivos de forma gratuita em todos os postos de saúde da rede pública e que isso se torne política de Estado.
28. Ampliar e estruturar os Centros de Atenção Psicossocial em todo o país;

### Reivindicações para a Segurança Pública

29. Promover o respeito à dignidade dos agentes de segurança pública;
30. Coibir o tratamento humilhante e desumano nas forças públicas de segurança;
31. Atuar para que os batalhões de polícia não usem de meios de violência para combater as manifestações populares e dos trabalhadores;
32. Revogar a lei antiterrorismo (Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016);

### Reivindicações para o Transporte Público

33. Realizar auditoria das concessões públicas;

34. Garantir a completa transparência das receitas e despesas das concessionárias de transporte coletivo;
  35. Ampliar o passe livre para garantir o acesso ao esporte, à cultura e ao lazer para a população pobre e periférica;
  36. Integrar novos modais e priorizar o transporte coletivo sobre o transporte privado;
  37. Descarbonizar o transporte público.
- Reivindicações para o Meio Ambiente
38. Garantir a propriedade estatal da água;
  39. Recuperar nascentes e mananciais;
  40. Recuperar as áreas degradadas com o reflorestamento de espécies nativas;
  41. Proteger as matas e florestas;
  42. Promover o projeto desmatamento zero conforme projeto de lei que almeja o fim da destruição das florestas brasileiras.
  43. Desincentivar a agricultura latifundiária e monocultora;
  44. Garantir o uso da terra segundo o princípio da função social conforme inciso XXIII do Art. 5º da Constituição Federal de 1988;
  45. Punir efetivamente as empresas poluidoras;
  46. Universalizar o saneamento básico;

### Reivindicações para as Instituições Federais de Ensino Superior

47. Garantir a autonomia das Ifes;
48. Defender o caráter público, autônomo, laico, democrático, presencial, de qualidade e socialmente referenciado das Ifes;
49. Combater os cortes de verba da educação;
50. Combater o REUNI Digital;
51. Revogar o instrumento da lista tríplice para a eleição dos reitores das Ifes e garantir que todo reitor eleito seja empossado;
52. Promover concurso público para a contratação de Servidores Públicos efetivos para todos os

postos de trabalho nas Ifes e nos hospitais universitários;

53. Comprometer-se por nenhum retrocesso no PCCTAE;
54. Ampliar, fortalecer e garantir a efetividade das políticas de inclusão social e de acessibilidade às pessoas com deficiência e minorias sociais;
55. Revogar o Decreto 9794/2019 e garantir a autonomia das Ifes para nomear seus Pró-Reitores e Diretores de Centro;
56. Garantir o investimento público em ciência e tecnologia;
57. Revogação do Decreto nº 9.991/2019 e que instituíram a nova Política de Desenvolvimento do Servidores Públicos Federais;
58. Resgatar os Centros de Educação Infantil das Ifes, garantindo o repasse de verbas e a realização de concurso para auxiliares de creche e professores;
59. Valorizar os professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Centros de Educação Infantil das Ifes;
60. Valorizar os Centros de Educação Infantil das Ifes como polos de ensino, pesquisa e extensão;
61. Investir na regularização das licenças ambientais e pela obtenção de certificado de habitabilidade das edificações das Ifes;
62. Priorizar o repasse de verba de capital destinada a reformas e obras que objetivam o atendimento às normas de acessibilidade, de segurança, de combate a incêndio ou pânico e de sustentabilidade ambiental.
63. Defender as políticas de ações afirmativas.
64. Defender o piso salarial da enfermagem (Lei nº 14.434/2022).
65. Instituir 30h nas IFES (sem redução salarial).
66. Acabar com a terceirização e absorver os trabalhadores nos quadros do serviço público.

